

Redes de solidariedade entre migrantes em assentamentos rurais na região do distrito federal*

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

Administrador. Especialista em História do Brasil Pós-1930. Mestre em Extensão Rural. Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA (UFRRJ). Atualmente é professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.
mlromarco@yahoo.com.br

Bruno Costa da Fonseca

Graduando em Cooperativismo (UFV). Possui experiência nas áreas relacionadas a organizações coletivas com ênfase em cooperativismo e associativismo. Atualmente é bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq atuando na área de Conflitos Socioambientais.
bruno_fonsecacosta@hotmail.com

Dayane Rouse Neves Sousa

Graduanda em Cooperativismo (UFV).
sousadayane@ymail.com

Mariana Barbosa Soares

Graduanda em Cooperativismo (UFV).
marianasoarescoop@gmail.com

Resumo: O objetivo desse trabalho é trazer à luz do debate algumas reflexões sobre a migração e a constituição de redes de solidariedades entre migrantes em assentamentos rurais. Para isso, foram utilizados dados de uma pesquisa realizada ao longo da primeira década do século XXI em assentamentos rurais formados por famílias de migrantes no município de Padre Bernardo-GO, região do entorno do Distrito Federal. Um dos caminhos escolhidos para o estudo foi à observação e análise do dia a dia em dois assentamentos do município, Vereda I e Vereda II, além da realização de 20 entrevistas semi-estruturadas. Assim, os relatos orais permitiram reconstruir as trajetórias de vidas experimentadas por esses migrantes que tinham uma trajetória campo-Brasília-assentamentos rurais. Como resultado foi possível perceber que o ponto crucial do processo de migração é a capacidade dos migrantes formarem redes formais e informais de parentesco, amigos ou vizinhança, que servirão de estratégias para que esses se integrem no novo universo pretendido.

Palavras-chave: Migración; Solidaridad; Redes sociales; Asentamientos rurales; Campesinado.

Solidarity networks among migrants in rural settlements in the region of the Federal District

Abstract: The objective of this work is to bring the light of the debate some reflections on migration and establish networks of solidarity among migrants in rural settlements. For this, we used data from a survey conducted during the first decade of this century in rural settlements formed by migrant families in the municipality of Padre Bernardo GO, the area surrounding the Federal District. One of the paths chosen for the study was the observation and analysis of everyday life in two settlements of the municipality, Vereda I and Vereda II, in addition to conducting 20 semi-structured interviews. Thus, the oral reports allowed reconstruct the trajectories of life experienced by those migrants who had a career field-Brasilia-rural settlements. As a result it was revealed that the crux of the migration process is the ability of migrants to form formal and informal networks of relatives, friends or neighbors who will provide strategies for these fall within the new universe intended.

Keywords: Migration; Solidarity; Social networks; Rural settlements; Peasantry.

Redes de solidaridad entre los migrantes en los asentamientos rurales en región del Distrito Federal

Resumen: El objetivo de este ensayo es intentar a una reflexión crítica sobre el dinámico y las contradicciones de la política del crédito del PRONAF en el período de 1996 a 2008. La análisis se desarrolló de la revisión bibliográfica de la producción académica disponible en el tema y usó como información de los datos empírica adquirida en el Departamento de Desarrollo Agrario y en otros órganos gubernamentales del país. En general, la investigación muestra que PRONAF se volvió un instrumento importante de financiación pública para la familia de los granjeros de Brasil. Sin embargo, el modelo de distribución y aplicación de los recursos del programa introduce una tendencia concentrador, sector y productivist. Después de contemplar éstos y otros asuntos, los signos de trabajo que es necesario volver a pensar la lógica operacional del PRONAF y corregirlo las direcciones a norma de desarrollo rural que busca la producción de riqueza compatible, justicia social y la valorización del ambiente.

Palabras-clave: Agricultura Familiar; Crédito Agrícola; Desarrollo Rural; Diversificación Econômica; Políticas Públicas.

1. Introdução

Este trabalho pretende trazer a luz do debate algumas reflexões sobre a migração e as constituições de redes de solidariedades entre migrantes em assentamentos rurais. Para isso, serão utilizados dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2001 a 2007, nos assentamentos rurais formados por famílias de migrantes no município de Padre Bernardo-GO, região do entorno do Distrito Federal, capital do Brasil.

É importante destacar que para falar da formação de assentamentos rurais no entorno da capital brasileira é preciso entender que esse território naturalmente é uma região onde o fenômeno migratório é muito intenso. Essa relação é intensificada a partir da construção de Brasília em 1956. A construção da nova capital brasileira deflagrou um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade. Assim, esses migrantes vinham principalmente do Nordeste brasileiro com objetivo de melhorar de vida. Portanto, migrar para Brasília era visto como uma alternativa para conseguir melhorar de vida, ou mesmo, um recomeço de vida em outro local, uma vez que, essa visão de migrar, era uma estratégia de reprodução adotada por esses atores que migraram aos montes para a nova capital (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 1999), no período mais intenso da construção de Brasília, as correntes migratórias constituíam o principal fator formador da população do Distrito Federal, com 358.014 e 488.546 migrantes, nas décadas de 1960/70 e 70/80, respectivamente. No período de 1980 a 1991, o número

de migrantes diminuiu significativamente, apresentando média anual de 8.966 pessoas, voltando a crescer entre 1991/96, atingindo média anual de 19.229 migrantes.

Segundo Gouvêa (1998), esses migrantes vinham de todas as partes do país devido à intensa propaganda existente na época, que estimulava os brasileiros a migrar para construir a nova capital, que para muitos era o tão sonhado Eldorado. Eles esperavam encontrar na cidade a possibilidade de melhorarem de vida e de conseguir emprego. A cidade era o paraíso idealizado por muitos através de estórias contadas por amigos ou parentes que regressavam aos seus locais de origem e até mesmo através dos discursos dos políticos da época que enaltecia o feito da construção da nova capital.

Os candangos vinham para o Planalto Central não somente para construir uma cidade, mas para construir a capital da esperança, pois tinham a esperança de melhores dias para trazer suas famílias e viver com dignidade. Sonho realimentado pela atuação dos políticos da época, incluindo o próprio presidente Juscelino Kubitschek, dando a ilusão de que as coisas iriam mudar realmente com a construção de Brasília. (GOUVÊA, 1998, p. 81).

Já na década de 1990, o Distrito Federal se consolida como região de grande atração de mão de obra em especial de migrantes vindo dos estados do nordeste brasileiro, que vinham em busca de emprego e de acesso a serviços públicos. Ainda segundo o autor, a migração para o Distrito Federal está diretamente relacionada com a situação difícil que o migrante encontrava em seu local de origem. Constatou também que a vinda para Brasília estava diretamente relacionada com a busca de emprego e com melhores condições de assistência médica, que na maioria das vezes, apesar das deficiências dos serviços prestados em educação

e saúde em Brasília, estes ainda eram muito superiores aos prestados na maioria das regiões do país.

Todavia, para muitos na cidade, os objetivos destes migrantes não puderam ser concretizados, sobretudo pelas mudanças que ocorreram no mercado de trabalho nas últimas décadas em relação, principalmente, à especialização e à qualificação da mão de obra. Isso fez com que esses migrantes buscassem nos assentamentos rurais localizados em municípios do entorno do Distrito Federal um lugar em que pudessem trabalhar e reestruturar suas vidas, como foi o caso do município de Padre Bernardo em Goiás. Assim sendo, o marco para a formação dos assentamentos e a ocupação de terras em Padre Bernardo foi o ano de 1998 quando se deu as primeiras ocupações, se estendendo até 2008, ano de constituição do último assentamento que se tem registro no município.

Destarte, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas questões sobre a formação de redes sociais no fenômeno da migração entre assentados de reforma agrária na região do entorno do Distrito Federal.

2. Discussão sobre redes e migração

As abordagens teóricas metodológica das migrações são decorrentes de vários campos científicos, como da demografia, história, sociologia, antropologia, economia, política, direito e mais recentemente, da psicologia. Apesar dessa gama multidisciplinar de olhares, normalmente a migração tem sido tratada por enfoques analíticos macro-estruturais, (sejam determinantes políticos, econômicos ou sociais). Ou por enfoques que procuram entender o fenômeno migratório a partir da decisão apenas individual (racional) do sujeito de migrar.

Ao refletir sobre esses enfoques, Arizpe (1987) cita o trabalho de alguns antropólogos como Mitchell (1959), que estudaram o processo de migração na África, enfatizando que tantos os motivos de cunho econômico, como motivos de cunho familiar ou pessoal são responsáveis pela migração, ou seja, podemos perceber que as pessoas migram, por um lado, pela esperança de mudar de vida, pela influência de um amigo ou parente que migrou antes e contou as vantagens da cidade. E por outro, por processos de deterioração das condições locais que pode levar a uma situação insustentável para a permanência do indivíduo ou da família deste.

Segundo Lomnitz (1981), o fenômeno migratório rural-urbano no caso da América Latina, normalmente, tem sido tratado por uma série de fatores combinados: explosão demográfica no campo, esgotamento das terras, além de um processo de capitalização do campo excludente, atrelado a esses fatores tinha a atração que as cidades exerciam resultantes principalmente pela concentração de trabalho, de serviços de saúde, educação, dentre outros. Situação semelhante Singer (1973) observou no Brasil. Para isso o autor delineou um quadro de duas ordens que traça os fatores de expansão que favorecem o processo de migração:

1) fatores de mudança: com a introdução das relações de produção capitalistas no campo, acarretando a expropriação e a expulsão de camponeses. Polanyi (1980), no seu livro “*A grande transformação*”, chama atenção para uma das consequências do processo da Revolução Industrial na Inglaterra no século XIX, que estaria relacionada à supressão dos tradicionais direitos de acesso a terra, através dos cercamentos dos campos abertos (*enclosures*) usados pelos senhores de terras, para criação de unidades econômicas viáveis, implicando na perda por muitos camponeses de seus direitos a terra. Essa condição contribui para a

migração destes. Num primeiro momento, esses trabalhadores foram para centros urbanos europeus. Posteriormente, muitos foram para outros continentes como a América.

No caso brasileiro a modernização da agricultura, a partir de meados do século XX, alterou a organização da produção e as relações de trabalho, contribuindo para o desemprego no campo e a criação de subempregos permitindo o aumento da exploração da mão-de-obra no campo, favorecendo o deslocamento de populações do campo para a cidade.

Segundo Delgado (1985), o marco temporal correntemente aceito para delimitar o início dessa transformação agrícola é por volta do ano de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essas políticas beneficiaram, principalmente, grandes proprietários de terras, com condições para realizar investimentos em produtos agrícolas para exportação. Os camponeses acabaram sendo excluídos desse processo e, em alguns lugares, expropriados até mesmo da terra em que viviam há várias gerações.

2) **Fatores de estagnação:** relacionados com a crescente pressão populacional sobre reduzidas áreas cultiváveis de terras, seja por insuficiência física da terra, ou seja, por monopolização, como acontece com os latifúndios em regiões como a do Nordeste do Brasil.

Continuando o raciocínio de Singer (1973), podemos perceber que na visão econômica, os fatores de mudança têm um sentido contrário ao de estagnação.

Uma vez que os fatores de mudança estão associados ao próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. A utilidade dos

conceitos de fatores de mudança e estagnação está em mostrar que os efeitos propulsores tendem efetivamente a criar novos pólos de expansão que acarretam, não obstante, uma intensificação da migração campo à cidade. (SINGER, 1973, p. 39).

Para Sayad (1998), a migração pode ser vista num primeiro momento como um deslocamento de pessoas no espaço físico, fato que se encontra relacionado, sobretudo, aos estudos das ciências que buscam conhecer a população e o espaço físico como a geografia e a demografia. Entretanto, para o mesmo autor a migração não é apenas um deslocamento no espaço físico, ela é também um deslocamento qualificado em “muitos os sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente”.

Seguindo essa linha de raciocínio Durhan (1978), afirma que a migração não pode ser entendida simplesmente como um deslocamento geográfico, necessitando considerá-la também como uma mobilidade no universo social, além de buscar entender as relações sociais que se forma nesse processo.

Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar - vai morar com outras pessoas, desse modo a movimentação é definida frequentemente, antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência. (DURHAN, 1978, p. 137).

Para Arizpe (1987), as condições que afetam os distintos grupos sociais ou uma comunidade que provocam a migração podem ser consideradas de dois níveis o primeiro seria de causas precipitantes: que estão relacionados com acontecimentos de vida pessoal do indivíduo. E segundo seria de condições gerais: que estão relacionados com as condições da estrutura social e econômica que as pessoas vivem.

Ao refletir sobre todo este contexto é possível resumir que ambas as abordagens acabam de uma maneira geral, relegando, a segundo plano, elementos mais subjetivos desse fenômeno como, por exemplo, as redes de solidariedade que se constitui ao longo do processo de migração. Menezes (2002) ao refletir sobre a migração sugere a necessidade que se busque, estudos que procurem compreender a formação de redes sociais no fenômeno da migração.

Para efeito de exemplificação citarei o estudo de caso analisado por Margolis (1994), com brasileiros migrantes em Nova York (EUA). No qual esta utiliza o conceito de redes, elaborado por Portes e Rumbaut (apud Margolis, 1994) para argumentar que as redes sociais que se desenvolvem no fenômeno migratório das pessoas estão no cerne das microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo.

Os migrantes estrangeiros vão para territórios familiares quando possível, e nada torna um lugar mais familiar do que ter uma família lá. Os benefícios proporcionados por uma rede de familiares numa cidade como Nova York são evidentes. (...) Não há qualquer dúvida, assim, de que a presença de redes familiares reduz o custo da migração, tanto material quanto psicológico (MARGOLIS, 1994, p. 168).

Isso nos conduz as observações, elaboradas por Ramella (1995) na qual este autor considera, que nos últimos anos os estudos que tratam a questão das redes sociais no fenômeno da migração têm se difundido, sobretudo, pela necessidade de se buscar novos caminhos por parte daqueles estudiosos que criticam a visão mais macro-estrutural. Além disso, os estudos das redes sociais têm servido para confrontação interdisciplinar, pois as implicações metodológicas e teóricas da noção de rede social vêm ganhando espaço no debate nas ciências sociais.

A noção de redes no contexto da migração faz com que, consideremos que a decisão de migrar obedece a uma lógica de grupo e não apenas depende de uma decisão individual. Sendo assim, se faz necessário analisar a importância que pode ter certos grupos como família ou comunidade na decisão do indivíduo em migrar.

Diante dessa observação, Garcia Jr. (1989) entende que migrar pode ser uma estratégia importante para a reprodução social do grupo. O autor em seu estudo com camponeses no Brejo e Agreste do estado da Paraíba, conclui que a migração para as cidades industriais significava uma forma de ‘escapar da sujeição’, o que passou a ser associado à noção de liberdade, porque com o dinheiro obtido no Centro-Sul, podiam-se comprar terras para famílias cultivarem e saírem da condição de sujeitos para condição de libertos. Nesse estudo o autor, observou que os trabalhadores organizam seu discurso através de categorias como: sujeito morador: aquele que morava nos domínios dos senhores de engenho, submetido às suas ordens, caracterizando assim uma situação de sujeição. Liberto: aquele pequeno produtor que morava ao redor da grande propriedade. É importante ressaltar que os pequenos proprietários eram subordinados entre senhores de engenho e fazendeiros. Entretanto, ser liberto não implicava forçosamente ser proprietário, podia ser um arrendatário, mas o chão de casa ou uma tripa de terra é o meio que permite práticas associadas à condição de liberto.

Isso nos conduz a observações similares feitas por Klaas Woortmann (1990) na qual o autor considera, que a migração para o camponês faz parte das suas práticas de reprodução. Entre estas estratégias de migração camponesa o autor traz a do tipo pré-matrimonial, que consiste numa modalidade de migra-

ção relacionada com a necessidade do jovem que pretende se casar e migrar temporariamente, para conseguir com isto acumular recursos necessários que possibilitarão iniciar a vida de casado, isto é, ser chefe de uma família. Contudo, o migrante que utiliza dessa estratégia tende a repetir mesmo após o casamento, ao longo de muitos anos.

É importante considerar que em boa parte da região Nordeste brasileiro o aumento da área de pastagem tem inviabilizado aos poucos as áreas destinadas ao arrendamento do sitiante-roceiro. Sobretudo, daquele considerado como sitiante fraco, isso porque a terra que esse dispõe, normalmente é limitada ao espaço casa-quintal, ou espaço da morada. Essa limitação de espaço envolve um problema sério, pois o espaço da morada trata-se de um domínio feminino, em contraposição ao pasto e ao roçado, que simbolicamente é um espaço masculino. Isso faz com que o chefe de família fraco fique sem seu espaço próprio, material e simbólico. É importante destacar que o autor considera o sitiante fraco em oposição ao sitiante forte. No caso do sitiante fraco aquele que tem uma condição financeira e material insatisfatório para a manutenção do grupo familiar (WOORTMANN, 1990).

Assim, o sitiante busca outro espaço, que pode ser dado através da migração, que surge como uma via alternativa de reprodução social, para esses camponeses. Desta forma, o homem acaba migrando por não ter trabalho e nem terra para plantar. E com o dinheiro ganho no Sul¹ ele remete para a família que ficou, cumprindo assim, o seu papel na hierarquia familiar. Desta forma, migrar também pode ser considerado um recurso, para manter a mulher no domínio da morada, espaço por excelência da mãe de família.

A migração nestes grupos também é a utilizada, como mecanismo, para evitar o fracionamento do sítio. Nestes casos as famílias estimulam alguns filhos a migrarem para São Paulo para que esses abram mão de suas heranças, para que outros a tenham, evitando assim, o fracionamento do sítio. No entanto, abrir mão da herança não significa que estes fiquem isolados com relação à sua organização social. Na localidade de destino os migrantes constituem redes sociais, sobretudo, redes de parentesco, que formam um sistema de apoio para o novo migrante. Nessa migração os parentes que já saíram servem de redes de parentes que já se estabeleceram em algum lugar que servirá de apoio e referência para esse novo migrante.

Ainda, com relação à estratégia dos camponeses de migrarem para evitar o fracionamento do sítio, nos conduz a conclusões similares elaboradas por Moura (1978) quando essa autora observou que a migração tem um caráter importante na ‘transação da terra’, pois, os que partem evitam o fracionamento excessivo do sítio, ou até mesmo, desafogando a pressão sobre a terra. Outro ponto observado pela autora, é que a maioria desses camponeses segue as mesmas rotas de parentes ou vizinhos que os antecederam.

Já Menezes (2002), considera que a migração de alguns membros da família de pequenos proprietários representa a oportunidade de expandir um pequeno pedaço de terra ou, ao menos preservá-la, construindo uma rede de solidariedade entre os que saem e os que ficam. Já no caso dos moradores, a migração representa a oportunidade de saírem da sujeição.

A pesquisa de Woortmann (1990) mostra ainda, que a migração não se destina apenas em acumular recursos ou passagem do ritual de “rapaz para homem”, mas também a constituir uma rede social de apoio, que ajudará o novo migrante a se localizar

no novo espaço social. Nesse sentido, Sayad (1998) expressa esse mesmo ponto de vista, com referência aos migrantes argelinos na França. Na qual o autor ressalta que o imaginário desses migrantes sobre o local de destino é construído, principalmente, através dos relatos contados pelos que voltam.

Nas pesquisas realizadas por Oliveira (2007) em assentamentos de Padre Bernardo nos apontou que os migrantes que vinham para Brasília tinham a expectativa de que na cidade seria mais fácil arrumar um bom emprego e ganhar muito dinheiro, porque eram esses relatos que eles ouviam nas suas cidades. Isso porque muitos parentes ou amigos voltavam para visitar e contavam as vantagens da cidade grande além de trazer à moda de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as impressões contadas causavam grande efeito nos mais jovens.

Essa situação acaba gerando principalmente nos mais jovens, uma expectativa e uma vontade de migrar, de partir para o desconhecido. Para muitos esses relatos são sempre de sucessos e nunca de fracassos. Pois, o pior dos exílios é melhor do que o espetáculo vergonhoso do fracasso de não conseguir se dar bem.

Desta forma, o trabalhador que resolve migrar normalmente escolhe um local em que será amparado e onde receberá ajuda de um migrante mais antigo ou aventureiro. Por isso, a decisão sobre o destino do migrante, na maioria das vezes, depende das relações de solidariedade construídas com parentes ou conhecidos que migraram primeiro.

Tomando como referência Durhan (1978) um trabalhador rural que resolve deslocar-se em busca de trabalho, procura acompanhar as rotas que foram percorridas anteriormente por parentes e amigos, indo com conhecidos ou à procura destes, normalmente sozinho ou em pequenos grupos, de duas ou três pessoas. Dessa for-

ma, as relações pessoais servem de referência para a movimentação espacial destes trabalhadores. Chegando ao local de destino o apoio de parentes e amigos é fundamental para a adaptação dos mesmos.

O migrante rural que chega pela primeira vez numa cidade grande encontra uma situação completamente diferente, ante a qual os padrões de comportamento que constituem o seu equipamento cultural tradicional se revelam inadequados. Faz-se necessário um ajustamento inicial que se apresenta como reconstituição do seu universo (DURHAN, 1978, p. 184).

Menezes (2002) observou que normalmente os que migram pela primeira vez, vão acompanhados por parentes ou amigos, pois isso facilitará a adaptação do novo migrante no seu destino. Além disso, as redes informais têm-se constituído como um espaço de comunicação importante entre os migrantes. Outro aspecto a ser especulado é que a identidade desses migrantes, bem como a percepção de si mesmos é adquirida através da formação de redes sociais baseadas em laços da comunidade de origem e de outros valores que são adquiridos ao longo do processo da migração. A relação com os parentes que estão na cidade é muito importante para manter os laços de amizade e de sangue, pois permite uma relação construída em seus locais de origem.

Sayad (1998) observou que muitos dos migrantes argelinos na França acreditavam que as suas vidas seriam exatamente como se fossem na aldeia, onde encontraria todos os parentes, que tinham migrado antes e que todos estariam à disposição destes. Mas para muitos, isso não aconteceu.

Para Singer (1973), a adaptação do migrante recém chegado a um novo meio social se dá normalmente por mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes que chegaram

antes e vão constituindo uma rede de solidariedade. Isto significa que o lugar em que o migrante irá ocupar na estrutura social já é, em parte, predeterminado pelo seu relacionamento social anterior, nas suas comunidades de origem.

Durhan (1978) chama atenção que no caso de famílias de trabalhadores rurais sem terras, frequentemente a migração dessas famílias se dão em direção a agrupamentos de parentes e amigos, pois a zanação que essas famílias fazem, estão relacionados com os laços pessoais e de solidariedade que unem diferentes famílias. Assim, segundo a autora as famílias chamam outras quando as condições são favoráveis, ou mudam-se para onde estão outras, quando as condições não são boas.

No caso de pensar em migração e redes para assentamentos rurais nos faz refletir, assim como Carvalho (1999), que o assentamento rural não é apenas uma área de terra com finalidade de produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais constituído por famílias de trabalhadores rurais que antes não tinham terras e dessa forma se apossam formalmente das mesmas. Passam, então, a se encontrarem face a face nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico onde irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

Essa heterogeneidade de pessoas vivendo nos assentamentos é muito ampla, como crianças, jovens, velhos, homens, mulheres, brancos, negros, mulatos, mestiços, católicos, protestantes, kardecistas, umbandistas, entre outros. São pessoas originárias de diferentes regiões do país, que vieram da zona rural e urbana, com diversas escolaridades, profissões e os mais variados valores morais, políticos e culturais, com uma complexidade no contexto social onde milhares de indivíduos estão vivenciando formas de interação social.

Segundo Oliveira (2002), na região do entorno do DF a decisão de migrar para os assentamentos, acontece porque esses trabalhadores viam nas ocupações de terras a possibilidade de conseguir algo como ter uma terra, trabalho, créditos, moradia e não por um engajamento político, estimulado pelo movimento, nos moldes ideológicos do MST, conforme é observado em outros assentamentos rurais no país. Além disso, muitos desses trabalhadores migraram para o assentamento, indo morar na casa de parentes ou compadres até conseguirem um pedaço de terra, criando uma rede de solidariedade entre estes grupos. Desta forma para muitos a única possibilidade de tentarem a vida no assentamento ou na região se deve aos laços de solidariedade construídos em suas comunidades de origem. É possível pensar que migrar para área de ocupações de terra obedeceria a uma lógica de grupo e não apenas dependeria de uma decisão individual. Sendo assim, a família ou o grupo pode ser um elemento importante na decisão do indivíduo em ir para a área de conflitos de terra.

Assim, migrar para uma área de ocupação de terras pode significar a possibilidade de reprodução nesse espaço de laços de parentesco que estavam dispersos. Desta forma podemos pensar que o assentamento pode ser um momento de reestruturação familiar, além de ser um espaço de experiências políticas e culturais, no qual passa a se construir novas redes de relações sociais que se dão através da convivência com pessoas de várias origens.

3. Considerações metodológicas

O caminho metodológico utilizado nesse trabalho foi um estudo de caso na região Pé de Serra localizada no município

de Padre Bernardo, Estado de Goiás, a cerca de 100 km de Brasília. Essa região é conhecida como pertencente ao Entorno do Distrito Federal. Neste município da pesquisa, até o ano de 2010, existiam oito assentamentos de reforma agrária.

Assim sendo, um dos caminhos escolhidos para a pesquisa foi à observação e análise do dia a dia nos assentamentos, além das entrevistas semi estruturadas, que permitiram reconstruir através dos relatos orais as trajetórias de vidas vivenciadas por esses migrantes.

Para Haguette (1992), os relatos orais se constituem, como todo relato gravado e preservado que tenha por base, a oralidade. Não é uma acumulação simples de dados, pelo contrário, é uma técnica que visa revelar significantes para a compreensão da sociedade.

Essa estratégia de pesquisa apresentou-se como o melhor caminho para se chegar mais perto da experiência vivida pelos migrantes entrevistados nesta pesquisa. Desta maneira, essa estratégia possibilitou entender esse fenômeno migratório encontrado no campo brasileiro, sob a ótica daquelas pessoas que vivenciaram essa experiência.

É importante que o conceito que adotamos aqui para trajetória vai além de um deslocamento geográfico, pois procuramos ressaltar acontecimentos vividos por migrantes que passaram por diversos processos de mudanças sociais até chegarem ao assentamento, procurando compreender como se forma essas redes de solidariedades entre esses migrantes.

Para isso, foram utilizados nesse estudo o método da observação e análise do dia a dia em dois assentamentos do município, Vereda I e Vereda II, além de entrevistas semiestruturadas, que se somaram cerca de 20 famílias entrevistadas.

Assim sendo, os relatos orais permitiram reconstruir as trajetórias de vidas vivenciadas por esses migrantes que tinham uma trajetória campo-Brasília-assentamentos rurais, residentes nos assentamentos Vereda I com 70 famílias e Vereda II com 150 famílias, ambos criados no início deste século.

4. Migrações e assentamentos rurais

Foi possível perceber que o ponto crucial desse processo é a capacidade dos migrantes para formarem redes formais e informais de parentesco, amigos ou vizinhança, que servirão de estratégias para que esse migrante se integre no novo universo pretendido. Além disso, as redes informais têm-se constituído como um espaço de comunicação importante entre os migrantes. Outro aspecto a ser especulado é que a identidade desses migrantes, bem como a percepção de si mesmos é adquirida através da formação de redes sociais baseadas em laços da comunidade de origem e de outros valores que são adquiridos ao longo do processo de migração.

Por outro lado, a migração no caso dos camponeses, pode ser vista como uma busca de soluções para seus problemas, como uma estratégia fundamental para se manterem, ou até mesmo, para a manutenção ou a ampliação de sua terra. Portanto, a migração, neste caso, é condição essencial de reprodução social. Isso nos conduz a refletir que a migração se vincula aos padrões de parentesco como herança, honra e trocas representando um conjunto de práticas de reprodução social do campesinato.

Outro ponto que se deve destacar nesses trabalhadores que ocupam terras é a grande capacidade de migrarem em

busca destas, pois segundo os dados do Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, constatou-se que 36,6% dos chefes de famílias são residentes no município do projeto de assentamento, 33,02% residiam em outros municípios do Estado e 18,49% tem suas origens em outros estados, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1
Amostra da localização do chefe de família antes do assentamento, por Região

Região	No município do projeto % Estimado	Outro município do Estado % Estimado	Fora do Estado % Estimado	Não respondeu % Estimado
Norte	27,35	28,88	34,81	8,89
Nordeste	52,45	27,25	4,68	15,56
Sudeste	46,49	34,41	4,50	14,59
Sul	17,65	64,82	3,61	13,92
Centro- Oeste	26,20	33,67	30,18	9,95
Brasil	36,60	33,02	18,49	11,84

Fonte: I Censo da Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB (1996). In Oliveira, 2002.

Nos dados acima é possível observar que no Centro-Oeste mais de 30% dos assentados na região vieram de outros estados. Essa situação foi observada nesta pesquisa na qual os migrantes que vieram para os assentamentos rurais, na região do entorno do Distrito Federal, no município de Padre Bernardo-GO, vieram de outros estados brasileiros, mas que antes de irem para os assentamentos, residiram nas cidades satélites do Distrito Federal.

Temos como exemplo, o caso dos assentamentos Vereda I, no qual das 70 famílias que iniciaram o processo de ocu-

pação da área, 36% eram migrantes com origens na região Nordeste do país, 35% do Centro-Oeste, 27% do Sudeste, 1% não tiveram a sua origem identificada e apenas 1% eram moradores do município de Padre Bernardo. Dessa forma fica evidenciada a grande capacidade migratória dessas famílias, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2
Origem das famílias do assentamento Vereda I

Região	Número de famílias	Frequência (%)
Nordeste	25	36
Centro Oeste	24	35
Sudeste	19	27
Município de Padre Bernardo	1 ⁽²⁾	1
Não Identificada	1	1
Total de Famílias	70	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2002.

Se considerarmos dois momentos na vida desses migrantes, ou seja, local de nascimento e o anterior à ocupação, podemos observar que a grande maioria realizou uma migração longa. Como no caso do assentamento Vereda II que a grande maioria das famílias assentadas tem origem em vários estados da federação, (ver tabela 3).

Na tabela 3 nota-se que mais de 50% dos assentados do Vereda II vieram de Estados do Nordeste. Além disso, 71 moraram antes em cidades satélites do DF e lá ficaram sabendo das ocupações. Já apenas seis eram da região e 19 vieram de municípios próximos ou eram excedentes em outras ocupações do município de Luziânia. A rigor, o assentamento se configurou numa saída possível, numa aposta para uma situação que era tida como precária.

Tabela 3

Estados de origem de 2/3 das famílias assentadas no Vereda II

ESTADO DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Goiás	20
Minas Gerais	19
Bahia	13
Maranhão	12
Pernambuco	6
Piauí	5
Distrito Federal	5
Ceará	5
Rio grande do Norte	3
Paraíba	3
Tocantins	2
Alagoas	1
São Paulo	1
Pará	1
TOTAL	96

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Segundo os entrevistados essa decisão de participar das ocupações e irem morar no assentamento, na maioria dos casos foi amplamente discutida com os familiares, pois a permanência numa ocupação que poderia ser duradoura dependeria do apoio e das redes de solidariedades constituídas entres os familiares, inclusive de parentes que vieram de outros estados para participar das ocupações na esperança que fossem contemplados.

Eu trouxe do Maranhão o meu pai e a minha irmã aqui para Goiás para ver se eles conseguem ganhar terras, também, porque lá as coisas eram muito difíceis para eles (Assentado do Vereda I, 2006).

Assim, nas áreas de ocupação do DF, muitos desses trabalhadores migraram para o assentamento, indo morar na casa de parentes ou compadres até conseguirem um pedaço de terra.

Para muitos a única possibilidade de tentarem a vida no assentamento ou na região se deve aos laços de solidariedade construídos em suas comunidades de origem.

Eu estou aqui no assentamento na casa de minha mãe esperando sair uma ‘chácara’, no assentamento Vereda II [esse assentamento fica próximo ao assentamento pesquisado], enquanto não saí eu vou tocando a vida por aqui, se não fosse a minha mãe aqui no assentamento eu não sei o que seria de mim (Sra. D, assentada do Vereda I, 2002).

Esta situação é parecida com que Lima Jr. (1988) observou em assentamentos do Paraná, em que o ‘encostado’ fica no lote de um parente numa condição provisória, até arrumar um lugar ou uma terra para ficar. Neste caso, a pessoa que oferece o ‘encosto’ contribui com apoio logístico.

Leite *et al.* (2004) apontam que a participação nas ocupações ou a ida para um assentamento atinge não apenas famílias isoladas, mas grupos de parentes que se estabelecem, sejam em diferentes lotes dentro do assentamento, seja num único lote ou moradia. Desta forma, o assentamento contribui para a consolidação e até mesmo como espaço de reconstituição de laços familiares, ora perdidos.

Os assentamentos podem atuar, então, como mecanismo de recomposição das famílias, aproximando membros que anteriormente se encontravam dispersos, possivelmente em função das dificuldades acarretadas pela necessidade de se inserir no mercado de trabalho, contribuindo para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também e fundamentalmente social desse grupo de trabalhadores (LEITE *et al.* 2004, p. 259).

Martins (2003) destaca, que a visão de família para o sujeito da reforma agrária é de família extensa muito mais

além do núcleo familiar, sendo constituído por uma rede de parentesco e agregações.

A família que está na cabeça de acampados e assentados é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações de vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico. Inclui até mesmo a velha figura do agregado e protegido (MARTINS, 2003, p. 19).

Portanto, migrar para uma área de ocupação de terras pode significar a possibilidade de reprodução, nesse espaço de laços de parentesco que estavam dispersos. Desta forma podemos pensar que o assentamento pode ser um momento de reestruturação familiar, além de ser um espaço de experiências políticas e culturais, no qual passa a se construir novas redes de relações sociais que se dão através da convivência com pessoas de várias origens.

Carvalho (1999) aborda que as pessoas que migram para áreas de ocupações de terras saem de seu local de origem em grupo ou em famílias, e o fazem, frequentemente, com algum respaldo ou algum apoio logístico de amigos, vizinhos ou parentes que continuaram em seus locais de origem. Essa rede que é constituída de um elemento decisivo para a tomada de decisão de uma família na hora de participar de uma ocupação de terras.

Neste sentido é possível refletir que migrar para uma área de ocupação de terras pode significar a possibilidade de reprodução, nesse espaço de laços de parentesco que estavam dispersos. Desta forma podemos pensar que o assentamento pode ser um momento de reestruturação familiar, além de ser um espaço de experiências políticas e culturais, no qual passa a se construir novas redes de relações sociais que se dão através da convivência com pessoas de várias origens.

5. Considerações finais

Neste ensaio, propusemos apresentar algumas características, sobre a migração, sobretudo, aquelas relacionadas com as redes de solidariedades que são formadas ao longo desse processo, principalmente com migrantes que em um determinado momento de suas vidas resolvem migrar para um assentamento de reforma agrária.

Assim sendo, foi exposto que o ponto crucial desse processo é a capacidade dos migrantes para formarem redes formais e informais de parentesco, amigos ou vizinhança, que servirão de estratégias para que esse migrante se integre no novo universo pretendido. Nesse sentido, Menezes (2002) observou que normalmente os que migram pela primeira vez, vão acompanhados por parentes ou amigos, pois isso facilitará a adaptação do novo migrante no seu destino.

Por fim, percebemos que as redes informais têm-se constituído como um espaço de comunicação importante entre os migrantes. Outro aspecto a ser apontado é a percepção de si mesmos que são adquiridas através da formação de redes sociais baseadas em laços da comunidade de origem e de outros valores que são adquiridos ao longo do processo da migração.

Notas

* Uma versão desse artigo foi publicada no V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária realizado em 2011 na UFPA, cidade de Belém-PA. Tema central do congresso “Questões Agrárias na Panamazônia no Século XXI: usos e abusos do território”.

¹ O Sul, para os migrantes nordestinos se referem aos estados brasileiros que se encontram na região sudeste como Rio de Janeiro e São Paulo.

Referencias bibliográficas

ARIZPE, Lourdes. “Migracion y marginalidad”. In: POLANCO, Hector Dias et al. **Indigenismo, modernizacion y marginalidad una revision critica**. México. Juan Pablos Editor. 1987. pp 185-214.

CARVALHO, Horácio Martins. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. MPF-NEAD-IICA. Curitiba. 1999.

CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Guia de informações sócio-econômicas, turísticas e culturais do Distrito Federal**. Brasília: 1999. pp.11-63.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. SP/Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985. Caps.III, pp.19-112.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978. 3ª parte, pp.95-141.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/EdUnB. 1989. 285p.

GOUVEA, Luiz Alberto. “A capital do controle e da segregação social” In: PAVIANI, Aldo (Org) **A conquista da cidade movimentos populares em Brasília**. Brasília, UnB. 1998. pp75-96.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 3 ed. 1992. pp 63-105

LEITE, Sergio. *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Editora da UNESP. 2004.

LIMA, Jr. Aurélio Viana. **Dos pressupostos da ação política do campesinato:** o caso da “invasão” da Fazenda Annoni. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. 146 p. (Dissertação de mestrado em Antropologia).

MARGOLIS, Maxinel. **Little Brazil:** imigrantes brasileiros em Nova York. Tradução ARAÚJO, Luzia e BUGEL, Tália. Campinas, SP, Papirus. 1994, pp 141-178.

MARTINS, José de Souza. “O sujeito da reforma agrária (estudos comparativo de cinco assentamentos)”. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. pp 7-52.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e Enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes.** Rio de Janeiro. Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002. 249p.

MOURA, Margarida. Maria. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978. pp.31-71

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de Oliveira. **Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais:** O caso do Vereda I. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002 (Dissertação de mestrado em Extensão Rural).

_____. **Retratos de assentamentos:** Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). 2007

POLANYI, Karl **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red en los

estudios migratorios”. In: M. Bjerg, H. Otero (orgs.), **Immigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires: CEMLA, IEHS, 1995, pp. 9-21.

SAYAD, Abdelmalek. “Elghorba: O mecanismo de Reprodução da emigração”. In: **A imigração**. São Paulo: Editora da Edusp, 1998. pp. 9-44.

SINGER, Paul. **Economia política de urbanização**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1973, pp. 29-60.

WOORTMANN, Klaas. “Migração, família e campesinato”. In: **Revista brasileira de estudo de população**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Janeiro/junho de 1990.